

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina**  
2 **(CIB-SC-AS).** Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, as  
3 quatorze horas , no Orion Parque Tecnológico, Rua Heitor Villa Lobos, 525 –  
4 São Francisco – Lages – SC – Cep: 88506-400, realizou-se a reunião plenária  
5 ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC)  
6 com a presença dos membros: representantes da Secretaria de Estado do  
7 Desenvolvimento Social (SDS): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e  
8 Coordenadora da CIBSC); Luciane N. dos Passos (titular e Diretora Interina de  
9 Assistência Social), Esmael Ross da Luz (titular e Gerente de Planejamento e  
10 Avaliação), e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de  
11 Assistência Social (COEGEMAS/SC): Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e  
12 Presidente do COEGEMAS), Santiago Martin Navia (titular e gestor do município  
13 de Gaspar/SC) e Ana Carolina Capistrano (titular e gestora do município de  
14 Petrolândia). Ainda estavam presentes gestores e técnicos municipais,  
15 representantes da câmara técnica, associações de municípios, conselhos e o  
16 Conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Roque Heitor  
17 Gonçalves. Kelly Dalla Lana chefe de Gabinete da SDS realizou o chamamento  
18 e composição da mesa. Em seguida com a palavra, a Coordenadora da CIB/SC  
19 saudou a todos (as), desejando uma tarde produtiva à todos(as). Com a palavra  
20 o Presidente do COEGEMAS Magno saudou a todos (as) enfatizando que pela  
21 manhã a reunião do COEGEMAS foi mais uma vez um momento de construção  
22 e fortalecimento do SUAS no Estado. Iniciando a ordem do dia: **1. Verificação**  
23 **da presença e da existência de quórum:** sendo constatada a existência de  
24 quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os  
25 trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2. Apresentação, apreciação e**  
26 **aprovação da pauta:** O Plenário aprovou a pauta. **3. Apreciação e aprovação**  
27 **das atas das reuniões anteriores:** Luciane comunicou que havia 04 (quatro)  
28 atas para aprovação e que as mesmas foram encaminhadas com antecedência  
29 aos membros da CIB, as quais foram consideradas lidas e aprovadas pelo  
30 Plenário. **4. Matéria de Pactuação:** Transferência da Plenária da CIB de São  
31 Miguel do Oeste para o Congresso de Prefeitos em Florianópolis que inicia dia  
32 24/09/2019. Magno afirma que o COEGEMAS pactuou no sentido de que é uma  
33 reunião que terá bastante adesão com a presença dos gestores municipais e  
34 prefeitos como já aconteceu no ano passado. A reunião do COEGEMAS vai  
35 acontecer no dia 25 das 08h30min às 12h00min e a plenária da CIB às  
36 16h00min, na mesma data. **5. Matérias de Discussão:**  
37 **Webconferências/Retorno do Municípios** - Luciane relatou que esta é uma  
38 estratégia que está sendo adotada pelo Estado para aproximar-se dos  
39 municípios e realizar o apoio técnico, e que é muito importante este retorno para  
40 o aprimoramento da prática. Neusa, assistente social da AMAUC, disse que a  
41 ferramenta é altamente produtiva, encurta caminhos, traz conhecimento, porém

42 precisa de um prazo maior de divulgação e um maior espaçamento na execução  
43 de uma para outra para facilitar a participação e a presença dos técnicos. Lauro  
44 de Lages solicitou a disponibilização de link das webconferências para facilitar o  
45 acesso quando da não possibilidade de estar presente nos Centros Integrados  
46 de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERDS. A Secretária Maria Elisa  
47 faz uso da palavra e afirma ser possível disponibilizar os links e utilizar outras  
48 ferramentas como lives, por exemplo. E que a SDS vai acatar a sugestão e  
49 realizar as webconferências com datas divulgadas previamente e em um maior  
50 espaço de tempo de execução entre uma e outra. Com a palavra, Luciane  
51 reforça o que a secretária havia dito e acrescenta que é muito importante a  
52 participação presencial nos CIGERDS, que isso enriquece os debates. Janice  
53 Merigo relata que esta nova estratégia possibilita que o Estado realize, por meio  
54 das webconferências, o apoio técnico aos municípios e sugeriu que, a exemplo  
55 da reunião de trabalho das medidas socioeducativas, se realize com outras  
56 temáticas mais direcionadas e específicas, como é o caso do PAIF, PAEFI, entre  
57 outros. Luciane relata que o Estado já está se organizando neste sentido. Com a  
58 palavra, Magno ressalta a importância de realização das webconferências para  
59 que o Estado realize o apoio técnico aos municípios. **6. Informes da SDS e**  
60 **COEGEMAS: Pautas da CIT/ Meu INSS:** Luciane inicia dizendo que houve  
61 reunião com a Superintendência do INSS em Florianópolis e que, na  
62 oportunidade, saíram alguns encaminhamentos, mas que é de suma importância  
63 que os municípios se manifestem sobre essa questão. Maria Elisa relata que na  
64 CIT ficou bem claro a questão do transborde e que temos que sentar para  
65 conversar e alinhar. Observou-se que se o INSS tem uma falsa ideia de que o  
66 Brasil inteiro é igual e que se tem o entendimento de que todos os Estados são  
67 iguais no que se refere ao uso da internet. Relata que no Estado de Santa  
68 Catarina também enfrentamos dificuldades de acesso a internet e que mesmo os  
69 usuários que têm acesso muitas vezes não estão acostumados a acessar,  
70 porque é um público muito específico, como é o caso das pessoas idosas e os  
71 mais vulneráveis. Ressalta que foi sugerido ao INSS que realize concurso  
72 público para a contratação de mais assistentes sociais para a instituição. Outra  
73 coisa é o diálogo, e que enquanto isso não se estabelece que nos municípios  
74 maiores se escolha um equipamento no município que receba estas demandas e  
75 possa auxiliar os usuários. É importante frisar que são apenas sugestões,  
76 “ninguém bateu o martelo”, o debate continua na próxima CIT. Entende que esse  
77 é um trabalho intersetorial e que não pode ficar concentrado somente nos  
78 CRAS. Magno prossegue com a fala dizendo que pela manhã esta temática foi  
79 debatida com o COEGEMAS e que no dia 25/9 durante o Congresso de prefeitos  
80 em Florianópolis o INSS terá espaço para uma fala de alinhamento com os  
81 municípios. Chamou a atenção com relação à questão da pessoa idosa e o uso  
82 da tecnologia, que os CRAS não deixarão de atender, mas que é preciso sim

83 que o trabalho seja intersetorial. **Escuta Qualificada:** Maria Elisa relata que este  
84 é um assunto antigo e que foi trazido novamente nas discussões da CIT.  
85 Continua a fala afirmando que um laudo de uma psicóloga do CREAS tem que  
86 valer como escuta qualificada, que a escuta feita no CRAS e no CREAS tenha a  
87 mesma validade que a escuta realizada no Fórum. É preciso sentar e pensar em  
88 um protocolo efetivo, pois sabemos do transborde do judiciário, sabemos da  
89 nossa importância e o quanto podemos contribuir. Santiago solicitou  
90 capacitações sobre a escuta qualificada para levar às equipes pautas que eles  
91 tenham interesse e que esta questão seja rediscutida na CIT, a fim de que o  
92 trabalhos dos técnicos do SUAS seja reconhecidos. **Programa de Proteção a**  
93 **Criança e Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM:** Maria Elisa inicia a  
94 fala relatando que isso foi amplamente discutido na CIT no sentido de saber de  
95 quem é a responsabilidade e que ficou claro que isso deve ser um assunto  
96 assumido pelo Sistema de Justiça, ou seja, no Estado ficaria com a Secretaria  
97 de Administração Prisional. Precisamos apoiar, auxiliar, mas não assumir na  
98 totalidade. Que isso é um problema de Direitos Humanos, Assistência Social e  
99 do Sistema de Justiça. O protagonismo tem que existir dentro dos limites da  
100 nossa atuação, e que esta atuação seja bastante qualificada. Não podemos  
101 assumir algo que é intersetorial sozinhos, é preciso que a intersetorialidade  
102 realmente aconteça. Cada um no seu fazer tem que assumir e executar de forma  
103 exemplar o seu trabalho. Neste sentido precisamos dialogar e construir esse  
104 fluxo junto aos Direitos Humanos e Sistema de justiça para efetividade das  
105 ações. Com relação à proteção e segurança, estas cabem a Justiça, pois não  
106 possuímos esta expertise; não temos recursos humanos; não é nossa atribuição  
107 e não possuímos estrutura para tal. Magno relata que não temos esses dados  
108 por parte dos municípios, por isso é importante esta interação com o sistema de  
109 justiça para que se tenha conhecimento dessas demandas, lembra que em  
110 Joaçaba um município trouxe a questão das facções criminosas e solicita a  
111 manifestação dos gestores presentes sobre este tema. Maria Elisa informa que o  
112 programa ainda não existe e que alguns desses dados estão no Sistema de  
113 Informação para Infância e Adolescência – SIPIA/SINASE – Sistema Nacional de  
114 Atendimento Sócio Educativo e SIPIA CT- Conselho Tutelar, mas as pessoas  
115 não estão registrando no sistema. Relata que na SDS foi criado um grupo que  
116 irá trabalhar com socioeducativo em meio aberto que é apenas um pedaço do  
117 PPCAAM, porque no programa se trabalha com adolescente que já está em  
118 conflito com a lei em outro grau. Continuou dizendo que o importante pra nós é o  
119 diagnóstico e que este só é possível se o registro nos sistemas for realizado.  
120 Elci, gestora de Jaraguá do Sul, relata que infelizmente Jaraguá sabe o que  
121 significa esta realidade por estar vivenciando neste momento a situação de um  
122 adolescente que estava abrigado pelo município, mas que por ter envolvimento  
123 com facções criminosas, foi colocado no PPCAAM. Disse que o adolescente se

124 encontra entre idas e vindas e transferências de um lugar para outro porque os  
125 profissionais do abrigo eram ameaçados, pessoas rondando o abrigo para saber  
126 se ele voltou. Relatou que os trabalhadores estavam com medo por conta das  
127 ameaças recebidas. Continuou dizendo que hoje este adolescente está em outra  
128 cidade, que o município teve apoio da polícia militar para a transferência. Que tal  
129 situação é desesperadora por colocar em risco para além do adolescente as  
130 pessoas que trabalham naquele local. Maria Elisa, com a palavra, afirma que  
131 esta narrativa mostra exatamente qual é o limite da atuação da assistência social  
132 e que as custas estão com a assistência, neste caso. Quando se fala em limites  
133 de atuação entra também a questão dos recursos. E que no quadro de  
134 trabalhadores do SUAS não existe ninguém que realize esse tipo de proteção e  
135 segurança, isso é proteger a vida da pessoa. Temos que refletir, trazer  
136 sugestões e ideias de como fazer, e que o Ministério Público que é um grande  
137 parceiro está tentando construir um fluxo e nós estamos afirmando que não  
138 somos contra, mas que é preciso entender os limites. Por isso não se pode  
139 fechar os olhos porque este problema também é nosso, são casos de  
140 adolescentes em conflito com a lei ou não, mas que estão em abrigo e tem  
141 algum risco de vida ou por envolvimento com facção ou porque denunciaram e  
142 estão em risco de vida. Reforça dizendo que como já disse em outra reunião da  
143 CIB, se tivermos um trabalho com os adolescentes em meio aberto de  
144 excelência iremos amenizar isso, e que a quantidade de adolescentes irá se  
145 tornar muito menor. Precisamos trabalhar na prevenção. Quando o adolescente  
146 não está em meio fechado ele é da assistência, dos abrigos, porém não temos  
147 estrutura, esta é a questão, precisamos debater sobre isso e sobre os recursos  
148 para se fazer, para que a assistência não pague esta conta sozinha. Continua  
149 dizendo que a configuração social hoje nos levou a uma situação híbrida, ou  
150 seja, não está lá, está aqui, com a assistência social, mas a nossa estrutura não  
151 comporta por conta da questão do risco de vida. Na sequência, Ulda Baldissera,  
152 gestora de Chapecó afirma que no município tem 02 (dois) casos de  
153 adolescentes que estavam em abrigos e hoje com medidas protetivas foram  
154 encaminhados para outros locais, mas quem está pagando a conta é o  
155 município, que o custo é altíssimo e que não tem como o município assumir isso  
156 sozinho. Relata que o Judiciário só manda, dá prazo para cumprir, mas a  
157 contrapartida financeira é toda do município. Tiago, gestor do município de  
158 Capinzal, afirma que esta é uma preocupação que a assistência social tem, mas  
159 questiona se outras secretarias também estão se envolvendo com estas  
160 questões e dividindo a responsabilidade, ou seja, na discussão das  
161 competências, gostaria que a secretária respondesse. Maria Elisa responde que  
162 as três técnicas (duas estão na Diretoria de Direitos Humanos e uma está na  
163 DIAS) que vieram da SAP, antiga SJC, para trabalhar com o socioeducativo  
164 estão com essa missão de articular a rede, de não somente fazer as

165 interlocuções que tem que ser feitas e que já foram iniciadas com a Justiça, mas  
166 também realizar capacitações. A SDS está na fase de levantamento de dados,  
167 para montarmos uma linha de atuação, mais nós temos clareza de que se  
168 alguém em Brasília “bater o martelo” de que isso tem que ficar com a assistência  
169 social nós não temos como executar. Continua a fala dizendo que o Governo  
170 Federal vai ter que enviar recurso e que terá que ser feita uma chamada pública  
171 para uma Instituição que execute, e isso é bem complicado. Cita o Programa de  
172 Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, programa idêntico  
173 ao PPCAAM só que para adultos, e afirma que não vai aceitar desenvolver o  
174 PPCAAM se for nos moldes do PROVITA, por conta da Prestação de Contas.  
175 Informou que para este programa vinha recurso de Brasília, juntamente com os  
176 recursos da Segurança Pública do Estado e havia a chamada pública para  
177 escolher a instituição que iria executar. Na sequência, Magno destaca que com  
178 relação ao SIPIA e por estarmos às vésperas de eleições para conselheiros  
179 tutelares, uma das preocupações é que os atuais conselheiros em vários  
180 municípios não alimentam o sistema. Isto se dá pela falta de suporte, falta  
181 capacitação do SIPIA SINASE e SIPIA CT. Precisamos de capacitações para os  
182 novos conselheiros para que iniciem de forma correta. Outra situação é para que  
183 saia uma deliberação da CIB para a Secretaria de Segurança Pública poder  
184 contribuir com os municípios que já atendem esta demanda para se pensar junto  
185 e construir uma estratégia de trabalho intersetorial para atender o PPCAAM,  
186 para que não fiquemos esperando uma determinação do Governo Federal. Com  
187 a palavra, Maria Elisa responde primeiro a questão do SIPIA CT, disse que há  
188 dois anos o Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescentes – CEDCA,  
189 realiza capacitações para multiplicadores, mas que agora está na fase final, e  
190 que a secretaria está revendo o projeto do Fundo para a Infância e Adolescência  
191 – FIA, e fazendo alguns ajustes, como é o caso do coordenador geral que pela  
192 Lei tem que ser servidor efetivo e também, a questão dos multiplicadores. Após  
193 a finalização do projeto iniciam as capacitações que vai ser por meio do CEDCA  
194 e as parcerias com as universidades, entre outros. Vânia, da GRANFPOLIS, fala  
195 que se esperava por isso há muito tempo e que é um grande avanço, tendo em  
196 vista que foi feita uma pesquisa e que 99% da grande Florianópolis não utilizam  
197 o SIPIA. Reforça ainda que é impossível se ter dados desta maneira e os dados  
198 são fundamentais para a construção e aprimoramento desta política pública.  
199 Maria Elisa responde que o protagonismo das capacitações é do Conselho, e  
200 afirma que acredita e apoia os Conselhos, tanto o CEAS quanto os demais. E  
201 que neste sentido está se fazendo um trabalho de adequações em todos os  
202 Conselhos desta Secretaria no intuito de adequar os funcionamentos dos  
203 mesmos as suas Leis vigentes. Por isso verificou-se que o Coordenador Geral  
204 do FIA tem que ser um servidor público de carreira. Janice Merigo, com a  
205 palavra, retoma a questão do SIPIA CT e afirma que o que se queria há muito

206 tempo era uma pessoa de referência do Estado para que os municípios saibam  
207 quem procurar. Outra questão é que a Federação Catarinense de Municípios –  
208 FECAM, tem a disposição toda uma estrutura física e de recursos humanos para  
209 a realização das capacitações e que existem excelentes multiplicadores no  
210 nosso Estado. Luciane Passos retoma a fala e afirma que com relação ao que o  
211 presidente Magno falou, sobre a importância do levantamento de demandas, as  
212 capacitações sobre medidas socioeducativas, ressalta que está acontecendo no  
213 dia hoje (grupo 1) e amanhã (grupo 2) webconferência sobre essa temática que  
214 tem como proposta a apresentação desta equipe que a secretária citou por meio  
215 de uma primeira reunião de trabalho para apresentação das técnicas,  
216 levantamento de demandas e avaliação dos planos. **Programa de Erradicação**  
217 **do Trabalho Infantil – PETI/ Ações Estratégicas do Programa de**  
218 **Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI:** Maria Elisa inicia afirmando que  
219 ficou claro durante a CIT que o Brasil ainda não tem um consenso do que de fato  
220 é o trabalho infantil. Surgiram questões como, por exemplo, se aquele  
221 adolescente que está traficando está em situação de trabalho infantil, para nós  
222 isso é claro que é sim trabalho infantil. Mas em Brasília não está claro. As  
223 pessoas entendem que trabalho infantil é o trabalho da lavoura, o trabalho  
224 pesado, mas existem outros vários tipos de trabalho infantil. Sendo assim fica  
225 evidente a falta de clareza nacional sobre o que é o trabalho infantil, aumento da  
226 descontinuidade do PETI, falta de intersetorialidade (Saúde, Educação,  
227 Economia e Assistência Social) porque se o Ministério do Trabalho, que hoje não  
228 existe mais, pois foi inserido no Ministério da Economia, não estiver alinhado  
229 com a assistência social nós não avançamos no nosso trabalho, pois as famílias  
230 precisam ser reabilitadas financeiramente para poder justamente não precisar  
231 colocar a criança em situação de trabalho infantil, e isso não depende tão  
232 somente da assistência social mas sim da economia, depende de criar  
233 empregos, depende da melhora da qualidade de vida de quem está no campo e  
234 nas cidades. Continua afirmando que hoje temos a dificuldade de identificar  
235 quem é a criança, que temos a necessidade da criação de protocolo de  
236 atendimento, “quem faz o que”, e que é preciso sentar e discutir sobre o que  
237 Santa Catarina classifica por trabalho infantil, quais são as nossas necessidades  
238 de SC e que recursos vamos ter. Outro ponto discutido na CIT foi a necessidade  
239 de não ter recurso carimbado, somente para o PETI e sim por bloco para se  
240 utilizar os recursos para outras ações. Luciane encerra então as pautas da CIT e  
241 que a próxima CIT será em 18 de setembro e que na próxima plenária da CIB os  
242 assuntos discutidos serão trazidos. **Agosto Lilás - Campanha de Combate a**  
243 **Violência contra a Mulher:** Luciane informa que em 7 de agosto no aniversário  
244 da Lei Maria da Penha o Governador assinou decreto de instituição da  
245 Campanha Agosto Lilás com várias ações pelo Estado de Santa Catarina. Maria  
246 Elisa fala da importância da Campanha e que muito se faz, mas que é preciso

247 fortalecermos as ações de enfrentamento a violência contra a mulher. Destaca a  
248 criação do portal Santa Catarina por Elas onde toda Rede de enfrentamento a  
249 violência está presente com informações e foi criado também uma Cartilha  
250 Virtual que traz informações voltadas para os trabalhadores das redes. Citou a  
251 Instrução Normativa que reserva até 5% das vagas nas contratações de serviços  
252 terceirizados no Governo do Estado para mulheres em situação de  
253 vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar; como  
254 encaminhar e para onde; protocolo das 72 horas, entre outros. Agradeceu o  
255 engajamento dos municípios com essa campanha e registrou a importância da  
256 intersectorialidade (Polícia Civil, Polícia Militar, Educação, Assistência Social,  
257 Saúde). **Imigrantes - Ações executadas e previstas e CapacitaSuas** : Luciane  
258 informa que este assunto será ponto de pauta na próxima CIB em setembro/19 e  
259 informa também sobre as ações em conjunto com a Diretoria de Assistência  
260 Social e Diretoria de Direitos Humanos: web conferência; curso EAD com a  
261 Defensoria Pública da União; Nota Técnica; Capacitação na região do Meio  
262 Oeste catarinense; Seminário sobre o protocolo da Rede de Atendimento;  
263 inclusão do tema no Seminário da Gestão do Trabalho e no Capacita SUAS;  
264 Tratativas junto aos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS;  
265 estabelecimento de parcerias com órgãos federais e estaduais, bem como com  
266 universidades. Maria Elisa complementa informando que Santa Catarina já  
267 atende a população imigrante, com 85 nacionalidades, em 190 municípios. Os  
268 objetivos destas ações são de qualificar e melhorar os protocolos de  
269 atendimentos nos diversos órgãos envolvidos, com o protagonismo da  
270 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. **Plano de Ação 2019**: Luciane  
271 informa que a abertura foi em 11/06/2019 passado e que o plano foi preenchido  
272 em duzentos e noventa e quatro municípios catarinenses. Refere o prazo de 09  
273 de setembro para que os Conselhos deem seus pareceres nos planos, se  
274 colocando a disposição por meio da Gerência do SUAS e solicita agilizar o  
275 sistema de senhas junto ao Ministério da Cidadania. **Questionário de Custos**  
276 **dos Equipamentos**: Luciane informou que cento e setenta e quatro municípios  
277 responderam e que foi reaberto até 30/09/19 dando oportunidade aos demais  
278 municípios. **Proteção Social Especial na Gestão**: foi pactuado em CIB que os  
279 municípios que não possuem CREAS encaminhem para a SDS o formulário  
280 padrão do RMA do Ministério da Cidadania, à época MDS, preenchido, para que  
281 a gestão estadual tenha dados com relação aos atendimentos realizados pela  
282 PSE no órgão gestor. Salientou que o universo dos questionários analisados  
283 será de setembro de 2018 à setembro de 2019. **Serviço de Convivência e**  
284 **Fortalecimento de Vínculos - SCFV** : Luciane informa que na última reunião de  
285 alinhamento da CIB foi solicitado pelos municípios apoio técnico com relação à  
286 operacionalização do SCFV. Solicita que o COEGEMAS encaminhe por escrito  
287 para a DIAS, para que as providências sejam tomadas. Foram pontuadas pelos

288 presentes demandas de solicitação de capacitação aos municípios, por módulos,  
289 aprofundando discussões para o alcance dos objetivos de superação de  
290 vulnerabilidade, qualificando o trabalho de oficinas juntos às crianças e  
291 adolescentes. Foi abordado o “cansaço” sobre o que está sendo oferecido a este  
292 público, principalmente aos adolescentes, que exigem uma dinâmica maior.  
293 Maria Elisa sugere, exemplificando uma experiência exitosa, que além do  
294 trabalho para o resgate do vínculo familiares, estudem a principal atividade  
295 econômica da região, pensando em modelos de oficinas que insiram os  
296 adolescentes no mercado de trabalho. **Lei do FEAS:** Secretária informa sobre o  
297 trâmite, que saiu da Procuradoria Geral do Estado – PGE, tramitou na Casa Civil  
298 e posteriormente irá para Assembleia Legislativa – ALESC. Acrescenta que há a  
299 necessidade de estímulo e movimentação nas bases, articulando com os  
300 deputados, quando o documento chegar na ALESC. **Cofinanciamento 2019:**  
301 Luciane informa que duzentos e quarenta e quatro municípios encaminharam  
302 seus planos de trabalho até 16/08/19. **Família Acolhedora para pessoas**  
303 **idosas e pessoas com deficiência:** Maria Eunice, coordenadora da Câmara  
304 Técnica da CIB, informou da reunião ocorrida em 08/08/19 para análise do  
305 documento normativo deste tema, onde foram levantadas algumas questões  
306 pertinentes: por solicitação dos gestores, foi proposto que seja retirada da  
307 redação a exclusividade de equipe técnica para este serviço, dado a defasagem  
308 de profissionais nas equipes técnicas nos municípios. Outro ponto que não há  
309 possibilidade de manter sobre a responsabilidade dos municípios foi em relação  
310 à reforma, para adequações de mobilidade e acesso do acolhido, na casa da  
311 família acolhedora. Luciane lembra que este informe será pauta a ser discutida  
312 na próxima plenária CIB, em setembro 19. Ao término da reunião foi solicitado ao  
313 Conselheiro do CEAS, Roque Heitor Gonçalves, que fizesse uso da palavra para  
314 informar sobre as Conferências da Assistência Social. O mesmo solicitou a  
315 priorização dos trabalhadores e entidades nas Conferências Municipais e  
316 Estadual. O Presidente do COEGEMAS Magno Rafael de Borba Muñoz e  
317 posteriormente a Secretária de Estado da Assistência Social Maria Elisa da  
318 Silveira de Caro finalizaram a reunião agradecendo a presença de todos. Nada  
319 mais havendo a tratar, eu Jadna Cristina Mendes Honório, Secretária Executiva  
320 “Ad hoc” da CIBSC, lavrei a presente ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos  
321 da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.